

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2011

Cria o Programa Nacional de Passe Livre Estudantil e dá outras providências.

Autor: Deputado PAULO TADEU

Relator: Deputado STEPAN NERCESSIAN

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, tem por objetivo instituir, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE, o Programa Nacional do Passe Livre Estudantil.

De acordo com a iniciativa, o referido Programa oferecerá assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e ao Município que adotar o passe livre estudantil no sistema de transporte público coletivo para os alunos das redes públicas e privadas de ensino. O PL estabelece, ainda, que os recursos financeiros serão repassados pelo FNDE aos entes federados em parcelas e calculado com base no número de alunos beneficiados. Caberá ao FNDE divulgar, a cada exercício, a forma de cálculo e o valor dos repasses, bem como a periodicidade e as orientações necessárias à execução do Programa.

A matéria foi distribuída às Comissões de Viação e Transportes; de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em 21 de agosto de 2013, a Comissão de Viação e Transportes aprovou a iniciativa nos termos do parecer do Relator, Deputado

Washington Reis, que apontou pontos no texto proposto que poderiam ser questionados pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, como a capacidade de o FNDE arcar com o novo Programa e a imposição de competências ao Conselho Deliberativo deste órgão.

A tramitação dá-se em caráter conclusivo pelas Comissões, conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Educação.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Reconhecemos aqui o mérito da proposição ora em análise e a preocupação de seu autor, Deputado Paulo Tadeu, em assegurar aos estudantes de todo o país o transporte escolar gratuito.

Gostaríamos, porém, de lembrar as recomendações aos relatores estabelecidas pela Súmula desta Comissão de Educação em relação a projetos de lei que instituem ou modifiquem políticas públicas. No caso de iniciativa legislativa parlamentar, recomenda a Súmula que se evite a invasão à competência administrativa do Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo deve ater-se à esfera das diretrizes, objetivos e normas fundamentais.

No caso da iniciativa em apreço, conforme bem indica o parecer da Comissão de Viação e Transportes, há invasão da competência do Poder Executivo na criação de um programa no âmbito do Ministério da Educação e na determinação de que sua execução seja feita por um órgão a ele vinculado, o FNDE, bem como no estabelecimento de competências para esse órgão.

Nesse sentido, considerando o mérito da proposta, optamos por adequá-la às recomendações da Súmula desta Comissão de Educação, preservando a intenção da política e eliminando do texto os pontos passíveis de arguição de inconstitucionalidade. Acreditamos, ainda, que a

melhor forma de se prever o suporte da União ao passe livre estudantil nos sistemas de transporte público do Distrito Federal e dos Municípios é incluí-lo na Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, que, inclusive, já dispõe sobre o repasse, o acompanhamento e controle social sobre a transferência dos recursos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 79, de 2011, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado STEPAN NERCESSIAN
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2011

Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para estender a abrangência do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE aos entes federados que adotarem o passe livre estudantil nos respectivos sistemas de transporte público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A A abrangência do Programa de que trata o art. 2º fica estendida aos entes federados que adotarem, nos respectivos sistemas de transporte público, o passe livre estudantil para os alunos das redes pública e privada de ensino.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado STEPAN NERCESSIAN
Relator